



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Finanças  
para os devidos fins.

Em 06/06/17

Conceição de Maria Lage Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Jairo Moura

para relatar.

Em 06/06/17

Presidente da Comissão de Localização e  
Controle, Finanças e Tributação



ESTADO DO PIAUÍ  
*Assembleia Legislativa*

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E FINANÇAS**

MENSAGEM 016 /GG. PROJETO DE LEI Nº 12, DE 12 DE MAIO DE 2017 que:

**“Reajusta os vencimentos dos médicos do Estado do Piauí.”**

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. JULIO ARCOVERDE

**RELATÓRIO**

Nos termos do inciso VI do art 47 e art.s 59, 61 e 139 do Regimento Interno, recebi a presente proposição para emitir parecer, observando sua adequação aos princípios e normas esculpidos na Constituição Federal/88, Constituição Estadual/89, e demais normas atinentes à espécie.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária que “Reajusta os vencimentos dos médicos do Estado do Piauí permitindo assim uma maior dedicação desses profissionais no atendimento ao público em geral.

É importante enfatizar que o Projeto de Lei é fruto de estudos e levantamento financeiro buscando atender ao máximo as reivindicações destes profissionais dentro de um parâmetro que não comprometa ou mesmo inviabilize as finanças públicas, uma vez que o Estado do Piauí, assim como os demais estados brasileiros, passa por dificuldades financeiras.

## DO MÉRITO

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma da alínea "a" do inciso II do § 2º do art. 75 da Constituição Estadual/89, que normatiza a iniciativa privativa do Governador do Estado de criar leis que objetive o reajuste da remuneração de servidores públicos estaduais.

Analisando o objetivo o Projeto de Lei, comprova-se que o mesmo está em plena harmonia com os ditames legais aplicáveis a espécie, mormente considerando o fluxo de caixa do Estado do Piauí em suportar o aumento dado a esta categoria, sem que isso venha a causar inadimplência com os demais servidores públicos e fornecedores. Assim entende este relator que o próprio governo já deixou previsto no Orçamento, ano calendário 2017 bem como fará a complementação para 2018, os valores disponíveis para o efetivo reajuste mantendo o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado do Piauí.

## VOTO

Desta forma, meu voto é pela aprovação do projeto de lei sob análise.

( x ) pela aprovação

( ) pela rejeição.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina-Pi, 26 de junho de 2017.**

  
Dep. JULIO ARCOVERDE  
relator



  
  
  
